

# Análise Econômica

DE BRETTON WOODS A LA GLOBALIZACIÓN FINANCIERA:  
NUEVAS REGLAS DE JUEGO  
**SARY LEVY CARCIENTE**

FINANCIAL LIBERALISATION, CREDIT RATIONING AND  
SLOW GROWTH IN MEXICO: TESTING THE MCKINNON-  
SHAW HYPOTHESIS  
**IGNACIO PERROTINI HERNANDEZ**

CICLOS E PREVISÃO CÍCLICA: O DEBATE TEÓRICO E UM  
MODELO DE INDICADORES ANTECEDENTES PARA A  
ECONOMIA BRASILEIRA  
**FERNANDO J. CARDIM DE CARVALHO E PAULO  
FERNANDO HERMANNY**

INVESTIMENTO PÚBLICO FIXO, UM ELEMENTO  
CATALISADOR DE DESENVOLVIMENTO INERENTE A  
ECONOMIA REGIONAL  
**ROGERIO MARTIN BENITEZ**

A ECONOMIA POLÍTICA DAS REFORMAS ECONÔMICAS DA  
PRIMEIRA DE CADA REPUBLICANA  
**LUIZ CARLOS DELORME PRADO**

POLÍTICAS NÃO-MONETÁRIAS DE CONTROLE DA  
INFLAÇÃO: UMA PROPOSTA PÓS-KEYNESIANA  
**JOÃO SICSU**

COMPORTAMENTO DOS BANCOS, PERCEPÇÃO DE  
RISCO E MARGEM DE SEGURANÇA NO CICLO  
MINSKIANO  
**LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE PAULA E ANTONIO  
JOSÉ ALVES JÚNIOR**

UMA AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA ENTRADA DE  
BANCOS ESTRANGEIROS NO SETOR BANCÁRIO  
BRASILEIRO  
**MARCOS ROBERTO VASCONCELOS E JOSÉ RICARDO  
FUCIDI**

NECESSIDADES E OS CONDICIONANTES DA SEGUNDA  
OCUPAÇÃO  
**WILSON F. MENEZES E JOSÉ CARRERA-FERNANDEZ**

CADEIAS PRODUTIVAS, CADEIAS DO CONHECIMENTO E  
DEMANDAS TECNOLÓGICAS NO NORDESTE: ANÁLISE  
DE POTENCIALIDADES E DE ESTRANGLAMENTOS  
**ABRAHAM B. SICSU E JOÃO POLICARPO R. LIMA**

FATORES INDUTORES E BARREIRAS PARA O COMÉRCIO  
DE GAS NATURAL NO CONE SUL  
**EDMAR LUIZ FAGUNDES DE ALMEIDA**

ANO **21**

Nº **39**

Março, 2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitora: Profª. Wrana Maria Panizzi

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diretora: Prof. Pedro César Dutra Fonseca

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS

Diretor: Prof. Gentil Corazza

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe: Prof. Ricardo Dathein

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Coordenador: Prof. Eduardo Pontual Ribeiro

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

Coordenador: Prof. Jalcione Almeida

CONSELHO EDITORIAL:

Carlos G. A. Mielitz Netto (UFRGS), Eduardo A. Maldonado Filho (UFRGS), Eduardo P. Ribeiro (UFRGS), Eleutério F. S. Prado (USP), Eugênio Lagemann (UFRGS), Fernando Cardim de Carvalho (UFRJ), Fernando Ferrari Filho (UFRGS), Fernando de Holanda Barbosa (FGV/RJ), Flávio Vasconcellos Comim (UFRGS), Gentil Corazza (UFRGS), Giacomo Balbinotto Netto (UFRGS), Gustavo Franco (PUC/RJ), Jan A. Kregel (UNCTAD), João Rogério Sarson (UFSC), Joaquim Pinto de Andrade (UnB), Jorge Paulo Araújo (UFRGS), Juan H. Moldau (USP), Marcelo S. Portugal (UFRGS), Maria Alice Lahorgue (UFRGS), Paul Davidson (University of Tennessee), Paulo D. Waquil (UFRGS), Pedro C. D. Fonseca (UFRGS), Philip Arestis (Levy Economics Institut of Bard College), Roberto C. de Moraes (UFRGS), Ronald Otto Hillbrecht (UFRGS), Sabino da Silva Porto Jr. (UFRGS), Stefano Florissi (UFRGS) e Werner Baer (University of Illinois at Urbana-Champaign)

COMISSÃO EDITORIAL:

Eduardo Augusto Maldonado Filho, Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Marcelo Savino Portugal, Paulo Dabdab Waquil e Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Prof. Fernando Ferrari Filho

EDITOR ADJUNTO: Prof. Gentil Corazza

SECRETÁRIA: Clarissa Roncato Baldim

REVISÃO DE TEXTOS: Vanete Ricacheski

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: Vanessa Hoffmann de Quadros

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista *Análise Econômica* são da exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte. Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para divulgação, elaboração de resenhas e resenhas. Toda correspondência, material para publicação (vide normas na terceira capa), assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. FERNANDO FERRARI FILHO  
Revista *Análise Econômica* – Av. João Pessoa, 52  
CEP 90040-000 PORTO ALEGRE - RS, BRASIL  
Telefones: (051) 316-3513 – Fax: (051) 316-3990  
E-mail: rae@ufrgs.br

*Análise Econômica*

Ano 21, nº 39, março, 2003 - Porto Alegre  
Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2003  
Periodicidade semestral, março e setembro.

Tiragem: 500 exemplares

1. Teoria Econômica - Desenvolvimento Regional -  
Economia Agrícola - Pesquisa Teórica e Aplicada  
Periódicos. I. Brasil.  
Faculdade de Ciências Econômicas,  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CDD 330.05  
CDU 33 (8:1) (05)

# A Economia Política das Reformas Econômicas da Primeira Década Republicana\*

Luiz Carlos Delorme Prado\*\*

## 1 Introdução

A década de 1890 é um momento de profunda mudança institucional no Brasil. A estrutura econômica do país modifica-se rapidamente, influenciando e sendo influenciada pela instabilidade política. A política econômica oscila desde o papelismo exacerbado de Rui Barbosa até o metalismo igualmente exacerbado de Joaquim Murinho. Este período é marcado pela volatilidade das taxas de câmbio e dos fluxos de capitais, mas também pelo sucesso da economia cafeeira e a rápida ascensão da borracha. A modorrenta economia brasileira, que vinha desde fins da década de 1870 lentamente (e erraticamente) aumentando seu investimento industrial, entra a década de 1890 com duas vezes a importação de bens de capital em libras esterlinas com relação à década de 1880. Este período marca o alvorecer da indústria moderna brasileira com o surgimento de várias fábricas de tecidos, moinhos de trigo, cervejarias, alguns ramos das indústrias metal-mecânicas, tais como pregos e parafusos, canos de chumbo, peças e acessórios para vagões ferroviários e bondes etc<sup>1</sup>.

\* Este artigo é uma versão revista e ampliada de trabalho apresentado, originalmente, como uma palestra intitulada *Economia Republicana e Revolta Social: Crise Financeira e Instabilidade no Alvorecer da República*, para seminário em comemoração aos cem anos de Canudos, ocorrido no Museu da República no Rio de Janeiro. A primeira versão escrita do trabalho, com o título original, foi discutida na Mesa de História Econômica, no IV Encontro da SEP ocorrido em Porto Alegre, em junho de 1999. Nesta versão incorporamos sugestões e críticas ao trabalho original, pelas quais agradecemos aos participantes daquele seminário.

\*\* Professor do IE-UFRJ; E-mail: delorme@ie.ufrj.br.

<sup>1</sup> Ver para a importação de bens de capital no período Suzigan, 1986, Apêndice 1. Autores como Cano, Aureliano, Mello, Silva enfatizam o ciclo de expansão do café ao final da década de 1880 e início da década de 1890 como o momento em que a acumulação de capital agrário-exportadora leva ao crescimento do investimento industrial. Vários outros autores, entre eles Dean (1969) e Suzigan (1986) encontram relações estreitas entre a expansão da economia agrário-exportadora e o surgimento da industrialização. Desde o trabalho de Stein (1979), há evidências que, mais que apenas uma crise financeira, o Encilhamento marcou a criação de várias indústrias modernas que prosperaram formando importantes grupos empresariais modernos. Ver, sobre esse período a interessante discussão de Suzigan, (1986, p. 45-48).

Esse é um momento de gênese de um Brasil moderno. Modernidade sempre incompleta, desde sua origem assombrada por uma sociedade dividida, partida entre manchas regionais transformadas pelo sucesso de um crescimento derivado do dinamismo das exportações, e a insuficiente difusão dos frutos do crescimento econômico, entre as famílias e entre as regiões.

Este ensaio discute alguns aspectos socioeconômicos desse momento fundacional. A hipótese sustentada é que a propaganda republicana trazia implícita a ilusão de que o fim do império implicaria melhoria da situação econômica e social brasileira. Inspirando-se no sucesso econômico da grande república das Américas, os EUA, setores progressistas viam o fim das arcaicas políticas metalistas, da insuficiente oferta monetária, da falta de crédito para as atividades comerciais como o início de um longo período de progresso econômico. O progresso, um conceito fundamental na visão positivista de mundo, seria consequência inevitável da aplicação da razão (e do conhecimento) para os negócios de Estado. A descentralização política e administrativa liberaria o potencial criativo dos estados. A atrasada monarquia seria substituída por um dinâmico governo, moderno e democrático, em que os interesses dos agricultores seriam respeitados, mas também haveria espaço para os crescentes negócios urbanos, no comércio, nas finanças, nos serviços e até em determinados ramos industriais.

As esperanças não foram confirmadas pelos fatos. A primeira década republicana foi pródiga em mudanças, mas também o foi em crises, em bancarrotas de negócios urbanos e atividades agrícolas, em instabilidade política, em frustração e insegurança. As reformas econômicas do período não atenderam às expectativas dos setores progressistas do movimento republicano. As sucessivas crises que levam à ascensão de Joaquim Murinho, como ministro da fazenda, depois de nove ministros em nove anos de república, marca o fim dessas ilusões<sup>2</sup>. O clima de revolta que caracterizou este período reflete as frustrações com as promessas não cumpridas da República. A descentralização republicana, transforma-se em regionalismo. A política dos governadores marca uma nova estabilidade oligárquica, fundada no poder econômico e político regional. Criou-se não uma versão sul-americana dos

<sup>2</sup>Entre 1889 e 1898 foram ministros da fazenda: Rui Barbosa, Tristão de Alencar Araripe, Henrique Pereira de Lucena, Francisco de Paula Rodrigues Alves, Inocêncio Serzedelo Corrêa, Felisbello Firmo de Oliveira Freire, Alexandre Cassiano do Nascimento, Francisco de Paula Rodrigues Alves e Bernadino José de Campos. Joaquim Murinho assume o ministério da fazenda a 15-11-1898.

Estados Unidos da América, mas uma versão brasileira do federalismo oligárquico latino-americano.

## 2 A Política Econômica do Governo Imperial e o Ideais Republicanos

O Segundo Império foi, por um longo período, bem-sucedido no plano político e fracassado no plano econômico. Diferentemente da América Hispânica, o regime imperial no Brasil conseguiu impedir a desagregação territorial da colônia portuguesa. Em meados do século XIX, as insurreições domésticas e regionalizadas, com pretensões de criar repúblicas independentes, já tinham sido completamente derrotadas<sup>3</sup>. Embora o exército brasileiro não tenha sido no século XIX um modelo de disciplina, o Império conseguiu impedir até 1889 aventuras caudilhescas, comuns em nossos vizinhos hispano-americanos<sup>4</sup>. O sistema parlamentar brasileiro desde 1836 dividido entre dois grandes partidos, o Liberal e Conservador, não refletia claramente interesses de distintos grupos sociais, nem os conflitos de uma inexistente opinião pública. No entanto, estes partidos sucediam-se no poder num sistema político plutocrático, mas legitimado por regras mutuamente aceitas<sup>5</sup>. Na economia, o desempenho do Império foi muito mais instável.

Embora haja limitações em todas as estimativas de crescimento da economia brasileira no século XIX, os dados disponíveis permitem afirmar que o produto real brasileiro per capita cresceu a taxas muito bai-

<sup>3</sup> Há uma vasta bibliografia sobre as insurreições regionais que se multiplicaram no período da regência. O maior desafio à unidade territorial brasileira foi indubitavelmente a longa revolta dos Farrapos, e o último desses levantes ocorreu em Pernambuco em 1848-49.

<sup>4</sup> Sobre as relações do Império com o Exército, ver Lima (1989, cap. VI) e Schulz (1996).

<sup>5</sup> A bibliografia sobre o regime político do Império é igualmente vasta, e não é o objetivo deste trabalho discuti-lo. Observe-se, no entanto, que há muita controvérsia quanto aos setores das classes dominantes representados por esses dois partidos. Segundo Faoro (1984, p. 341-434), o partido liberal era mais próximo da propriedade rural, e com sua pregação descentralizadora e, ao final, federalista, defendia mais poderes ao poder político local. O partido conservador estaria mais próximo dos setores urbanos vinculados ao comércio exportador e importador e, algumas vezes aos rentistas e agenciadores de crédito urbanos, tais como os de algumas casas bancárias e comissários. Esta divisão de Faoro não é convincente. Setores urbanos e manufatureiros, como, por exemplo, Mauá e Souza Franco, eram ligados ao partido liberal. Porém também o eram fazendeiros, comprometidos com os interesses agrários, como Martinho Alvares da Silva Campos. A recíproca também é verdadeira, no partido conservador encontram-se representantes de interesses urbanos e de interesses agrários. Na verdade os conflitos desses dois grupos eram melhor expressados pela sua visão de política financeira, isto é, no conflito metalistas e papelistas.



xas ao longo do século XIX<sup>6</sup>. A taxa de crescimento das exportações brasileiras no século XIX foi inferior à taxa de crescimento do comércio mundial. Portanto, a participação do Brasil no comércio mundial decresceu nesse período. No conjunto do século, as exportações per capita brasileiras em libras correntes cresceram 0,6% a.a. Nos trinta primeiros anos do século XIX, as exportações per capita caíram 1,1%. Não obstante entre os anos 1830 e 1840 ter havido alguma recuperação, o nível de exportações per capita do início do século só foi alcançado no período 1848-1852. Na segunda metade do século XIX as exportações per capita cresceram a taxa de 1,2% a.a. (Dados de Prado (1991, p.43-55). Esse desempenho, mesmo elevado em comparação com período anterior, foi insuficiente para produzir o impacto transformador que o comércio exterior gerou em economias de colonização recente, sendo ainda inferior à média do crescimento anual per capita do comércio exterior mundial durante o século XIX, que foi de 2,9% a.a. e muito inferior à taxa de expansão do comércio exterior per capita no período de aceleração máxima dessa atividade, isto é, entre 1840-1870, quando essa taxa foi de 4,3% a.a.<sup>7</sup>

A política monetária do governo imperial é um dos temas mais polêmicos da história econômica do período. A literatura recente sobre o papel histórico do setor financeiro no desenvolvimento econômico de economias retardatárias mostra que o aumento da razão entre moeda e outros ativos financeiros em relação ao produto total e ao estoque de riqueza é uma característica universal. Ver Cameron (1967 e 1972). A eficiência que essas funções são exercidas depende não apenas do crescimento da demanda por serviços financeiros, mas também de um conjunto de fatores legais, institucionais e estruturais. Cameron

<sup>6</sup> De fato, na primeira metade do século este crescimento foi negativo ou nulo, enquanto na segunda metade houve certo crescimento, mas não o suficiente para mudar substancialmente o quadro do conjunto do século. Entre as tentativas de se estimar o desempenho econômico brasileiro no século XIX, encontram-se os trabalhos de Furtado (1972), Golsmith (1986), Contator & Haddad (1975), Leff (1982) e Prado (1991). As conclusões de Prado (1991, p. 54) foram que (i) houve algum nível de crescimento econômico na segunda metade do século XIX; o produto real brasileiro cresceu a taxa não superior a 3,3% a.a., segundo estimativa otimista de Furtado, com algum ajuste, e não menos de 2,0% a.a., segundo a estimativa mais pessimista de Golsmith. Uma vez que a população brasileira cresceu cerca de 1,8% a.a. neste período, o crescimento do produto real per capita não foi inferior a 0,2% a.a. e não foi superior a 1,5% a.a. Esses dados levam à conclusão que a renda per capita brasileira era muito baixa em 1850, e provavelmente teve crescimento negativo na primeira metade do século XIX. Para o conjunto do século o crescimento do produto real per capita no Brasil foi positivo, mas muito reduzido. (Ver Prado, 1991, p. 43-54).

<sup>7</sup> Os dados da exportação per capita mundial são de Kenwood & Loughheed (1985, p. 79/80). Para a estimativa do crescimento da população brasileira entre 1800 e 1872, ver Prado (1989, p. 1583).

(1967) aponta três possíveis formas de interação entre o setor financeiro e outros setores da economia: 1) o caso em que o setor financeiro restringe ou impõe barreiras ao desenvolvimento do comércio e da indústria; 2) o caso em que o sistema financeiro, embora não ativo, seja capaz de acomodar a maioria dos tomadores, com capacidade de pagamento; 3) o caso em que as instituições financeiras ou promovem novas oportunidades de investimento ou estimulam investidores potenciais a aumentarem seu nível de endividamento.

A política monetária brasileira e a estrutura financeira que foi criada pela corrente metalista que era normalmente implementada pelos ministérios da fazenda no segundo império é um exemplo do primeiro caso. Isto é, esta política era altamente inadequada para as necessidades domésticas, e era uma barreira no caminho do desenvolvimento industrial ou comercial. A tentativa contínua de estabelecer uma moeda conversível, sustentada em uma firme reserva de ouro, em uma sociedade periférica e pouco monetizada não era apenas impossível de ser obtida, mas reduzia enormemente as oportunidades de investimento produtivo. A estrutura financeira do país e a inadequada política monetária do governo imperial não contribuiu para a aceleração do crescimento econômico, mas, ao contrário, reforçou as dificuldades criadas pelas restrições ao mercado doméstico e as ineficiências típicas de uma sociedade agrária e escravocrata.

As crises financeiras do segundo reinado tiveram dois padrões principais, ambas formas distintas de crise de liquidez. O primeiro origina-se de uma onda de falências em um grande centro financeiro internacional, levando a uma súbita escassez de letras de câmbio, que afetava as operações de financiamento das exportações brasileiras e ao aumento de remessas para o exterior, provocando um queda na taxa de câmbio. Este tipo de crise muitas vezes era acompanhada por distúrbios no comércio mundial, que afetava o preço ou a liquidez de mercadorias exportadas pelo Brasil, reforçando a tendência a queda da taxa de câmbio.

O segundo tipo de crise era normalmente gerado pela implementação de uma política monetária restritiva depois de um período de política monetária liberal. Essa mudança súbita da política monetária, que não permitia um ajuste progressivo do mercado, acarretava a falência daquelas empresas que mantinham grandes quantidades de letras de câmbio e que não conseguiam financiar seu capital de giro através do sistema financeiro. As falências dos comerciantes e das poucas empresas manufatureiras afetavam as casas bancárias que os financiava. Esses bancos não conseguiam suportar o duplo impacto das

retiradas de seus clientes e do atraso no pagamento de seus títulos, levando a uma crise financeira.

O primeiro caso pode ser ilustrado pela crise de 1857, enquanto que a crise de 1864 enquadra-se no segundo caso. Entretanto, nenhuma dessas crises foram provocadas apenas por um fator. Eventos ocorridos na economia internacional e na economia doméstica combinavam-se freqüentemente para produzir instabilidade financeira na economia brasileira. Por exemplo, a crise de 1875 foi o resultado conjunto dos efeitos domésticos da crise internacional de 1873/75 e das consequências da política monetária contracionista praticada no Brasil depois da guerra do Paraguai.

Os debates na Câmara dos Deputados durante este período mostravam duas tendências que influenciavam a política econômica no Brasil. De um lado os comerciantes, e uns poucos empresários com interesses em manufaturas, que operavam no negócio de importação e no comércio doméstico e que tendiam a apoiar uma política econômica mais liberal, assim com liberdade de organização para sociedades anônimas. A maioria dessas pessoas pertencia a chamada corrente papelista. Eles apoiavam o direito de emissão de bancos privados e sustentavam que os estoques de meios de pagamentos deveriam ser determinados pela demanda doméstica por transações e não pelo estoque de metais preciosos no sistema bancário. Entretanto, nessa época, mesmo a escola papelista entendia que deveria haver alguns grau de correspondência entre estoque de ouro e meios de pagamento. Os seus oponentes eram os políticos mais tradicionais, os bacharéis, isto é, aqueles formados em direito, que eram educados com a idéia de austeridade e cautela. Sua ideologia era mais próxima daqueles proprietários de fazendas e de rentistas que temiam a inflação e a instabilidade econômica, mas eram também apoiados por alguns intelectuais que pregavam doutrinas liberais, e cujas visões refletiam o debate econômico na Europa, particularmente o debate na Inglaterra e na França. Esses, conhecidos como metalistas, defendiam um controle monetário rígido e sustentavam que, quando houvesse condições materiais para o crescimento econômico, metais preciosos iriam naturalmente fluir para a economia, sustentando o progresso, sem que esse crescimento implicasse inflação ou crise econômica<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> É importante observar que qualquer tentativa de associar os metalistas e papelista com as modernas correntes econômicas, como, por exemplo, comparar metalistas como monetaristas, é profundamente inadequado.



Essas duas correntes parlamentares não podem, no entanto, serem facilmente separadas em função dos segmentos sociais a que estavam vinculados ou das classes a que pertenciam. Não é muito simples determinar que grupos apoiavam que tipo de política. Um estudo de Mello (1975, p.126/130) sobre a evolução da riqueza privada em S. Paulo mostrou que uma importante parte da renda entre os proprietários urbanos em S. Paulo na década de 1850 vinha de rendimentos financeiros, não apenas aqueles obtidos no sistema bancário, mas também os advindos do retorno de investimentos em imóveis, como aluguéis, ou da participação de lucros em atividades empresariais. Os proprietários rurais tendiam a ter uma menor participação de receita financeira, como fonte de renda, a maior parte de suas receitas vinham do produtos de suas fazendas, enquanto sua riqueza estava principalmente em escravos, terra, animais e máquinas, diferentemente dos proprietários urbanos, cuja riqueza estava em empréstimos, prédios urbanos, títulos e escravos.

Com base nesses estudos, pode-se supor que diferentes distribuições de ativos influenciavam as idéias dessas duas frações das elites, mas pode-se afirmar, levando-se em conta as considerações anteriores, que a abordagem papelista tinha o apoio de grupos ligados a interesses urbanos, particularmente daqueles envolvidos com o setor bancário e manufatureiro. O Barão de Mauá era um típico representante do empresário moderno que apoiava fortemente a política papelista. Com relação à abordagem metalista, esta parece ter sido apoiada por alguns intelectuais com formação liberal e idéias conservadoras, e bacharéis ligados aos interesses agrários<sup>9</sup>.

A Guerra do Paraguai é o grande marco divisor na política e na economia do Segundo Império. Quando esta guerra começou no fim de 1864, depois de grave crise econômica, os beligerantes julgavam que esta seria de curta duração. Entretanto, o conflito durou cinco anos, matou pelo menos 250.000 pessoas, envolveu quatro países, cerca de 64.000 soldados paraguaios e cerca de 66.000 soldados aliados<sup>10</sup>. O custo da guerra foi além de todas as expectativas, sendo muito maior do que todos os países envolvidos poderiam imaginar no início da con-

<sup>9</sup> Para uma discussão detalhada desse debate, ver Prado (1991, cap. V).

<sup>10</sup> O número de soldados paraguaios na guerra é altamente controverso, não é minha intenção dar um número preciso, limitando-me a dar uma idéia da dimensão do conflito. Os dados apresentados são do George Thompon (1924). Sobre o otimismo dos aliados, ver Buarque de Holanda (tomo 4, p.44).

tenda. O Brasil supriu a maior parte dos soldados e era o único país na aliança que podia suportar a pressão financeira dessa guerra<sup>11</sup>.

Esta situação implicou imensa pressão sobre o Tesouro brasileiro. Situação agravada pelos transtornos sociais causados pela organização de uma grande força militar. O caráter escravocrata do país era uma questão mais delicada do que os riscos à unidade nacional da pequena república paraguaia. O custo da vitória não foi apenas financeiro. A política monetária conservadora foi inviabilizada. Um número sem precedentes de indivíduos passaram a receber remuneração, que, mesmo muito baixa, aumentou substancialmente a quantidade de pessoas que usavam dinheiro e ampliou proporcionalmente o número de transações monetárias no país. O grande número de escravos libertos nas tropas, assim como o receio de revolta de escravos em zonas próximas ao conflito, obrigou o governo a fazer algumas concessões durante e depois da guerra.

Este foi um conflito clássico do século XIX, e como tal, a maior problema era como financiá-lo. Nesse período, os países tinham mais dificuldade e levantar recursos do que em produzir e suprir materiais para a guerra. O armamento consistia essencialmente de pequenas armas, como facas, sabres e baionetas. Nessa época, mesmo nas guerra Européias, um exército não usava mais do que 20 a 25% das armas que uma força de igual tamanho usaria em 1914. Ver Born (1984, p.185) O problema logístico era suprir de munição, comida, manufaturas (essencialmente produtos têxteis) e medicamentos.

Para financiar o conflito, o Brasil tinha poucas alternativas: aumentar a dívida pública e aumentar a emissão do tesouro foram os dois meios mais comumente usados. Mas isto obrigava a uma reorganização do sistema monetário doméstico, numa tentativa de reconciliar os preconceitos do grupo metalista, que controlava a política monetária do império, com as necessidades de avançar o esforço de guerra. O rápido crescimento da oferta monetária para financiar a guerra estimulou a economia doméstica que vinha sendo contida com baixa liquidez, desde a reforma bancária de 1860. As tentativas depois da guerra de voltar ao status quo anterior levaram a novos problemas financeiros. Novamente as autoridades tentaram reduzir o estoque de papel moeda a

<sup>11</sup>A situação financeira da Argentina ficou insustentável logo do início da guerra. Ao final de 1865, mesmo com a ajuda financeira do Brasil, o governo argentino foi obrigado a tentar convencer alguns ricos cidadãos daquela república a fazer contribuições para salvar o governo de completo colapso financeiro Rebollo Paz (1965, p. 84-85).

um montante que seria suficiente para o nível de transações da economia no início da guerra<sup>12</sup>. A idéia de progresso, esse conceito tão valorizado pelos republicanos que a colocaram na bandeira brasileira, era completamente ausente das concepções dos ministros da fazenda metalistas.

A insistência do Imperador de levar a guerra até a completa destruição de Lopez, também teve um elevado preço político. A reação provocada pela derrubada dos liberais e a ascensão do gabinete conservador em 1868 tiveram graves conseqüências. Esta levou a uma forte reação dos liberais. Estes chegaram inclusive a aprovar uma moção dizendo que

a câmara vira com profunda mágoa e geral surpresa o estranho aparecimento desse ministério gerado fora de seu seio e simbolizando uma política nova, sem que uma questão parlamentar houvesse provocado a perda do seu predecessor. Deplorando esta circunstância singular e ligada por sincera amizade ao sistema parlamentar e à monarquia constitucional, a Câmara não tinha nem podia ter confiança em tal gabinete<sup>13</sup>

Desse episódio nasceu a famosa afirmação do Senador Nabuco, muitas vezes lembrada em discussões posteriores, de que o governo no Brasil procedia do poder pessoal, que escolhia os ministros, que nomeavam os presidentes das províncias, os quais, por sua vez, faziam as eleições, donde procediam as Câmaras, que apoiavam os gabinetes, servidores do poder pessoal<sup>14</sup>.

Neste contexto surgiu a organização política dos republicanos. Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça dão os primeiros passos para a criação do Clube Republicano com a promoção de várias conferências de Quintino sobre suas impressões dos EUA e da Argentina. Em meados de 1870, funda-se o clube e em dezembro do mesmo ano é criado o jornal *A República*.

As teses republicanas, expressas nos primeiros manifestos e difundidas pelo jornal *A República*, eram muitas vezes confusas e contraditórias. Suas idéias vicejavam, no entanto, em uma sociedade onde crescia o sentimento de que eram necessárias importantes reformas nas instituições governamentais brasileiras, com ou sem a monarquia. No

<sup>12</sup> Ver o RMF-1872 para a apresentação da política monetária do governo depois da guerra.

<sup>13</sup> Citada por Olivera Lima (1989, p. 66).

<sup>14</sup> "O poder moderador pode chamar quem quiser para organizar ministérios, esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria." Citado por Oliveira Vianna, p.32.

mês da abolição da escravatura, um editorial do *Diário da Bahia* refletia com precisão esse sentimento. Este artigo dizia:

Os velhos partidos, cooperadores inregeneráveis do passado, rolam, desagregados, para o abismo, entre os destroços de uma era que acaba; e pelo espaço que a tempestade salvadora purifica, os ventos do Norte e Sul trazem, suspendendo-as em dispersão, para caírem sobre a terra, as idéias vivificadoras de nossa reabilitação: a liberdade religiosa, a democratização do voto, a desenfusão da propriedade, a desoligarquização do senado, a federação dos Estados Unidos Brasileiros [...] com a coroa, se esta lhe for propícia, contra ou sem a coroa, se ela lhe tomar o caminho”<sup>15</sup>.

Para muitos membros de grupos econômicos de rendas médias urbanas, como militares, para muitos membros da elite intelectual liberal, como advogados, médicos e jornalistas, para alguns setores empresariais, como os proprietários de manufaturas e indústrias, que não queriam correr o risco de uma revolução, o que pretendiam era promover reformas, e muitos relutavam em aderir incondicionalmente à causa republicana<sup>16</sup>. Tal sentimento é bem expresso na afirmação de Rui Barbosa, oito meses antes da proclamação da República: “*nunca advogaremos a desordem, nem nos alistamos ainda na bandeira republicana*”<sup>17</sup>.

As reformas eram vistas como necessárias no plano político para recuperar os partidos que estariam se transformando “*em ajuntamentos ilícitos, em que se forjam os mais vergonhosos planos, para vingarem interesses particulares*.”<sup>18</sup> No plano econômico, dois pontos eram percebidos como de grande importância para a mudança da realidade brasileira: o federalismo e as reformas econômicas, que promoveriam o progresso, isto é, que estimulariam a imigração e o desenvolvimento das atividades comerciais e industriais<sup>19</sup>.

<sup>15</sup> *Diário da Bahia*, maio de 1888, citado por Rui Barbosa, no *Diário de Notícias*, em 9 de março de 1889.

<sup>16</sup> Ver Schultz (1994, p. 125).

<sup>17</sup> Note-se, no entanto, que Rui Barbosa fala “nem nos alistamos ainda.” Ver *Diário de Notícias*, março de 1889.

<sup>18</sup> Barbosa, Rui em *Diário de Notícias*, março de 1889.

<sup>19</sup> - Não apenas os chefes políticos regionais, mas também setores da intelectualidade provincial, ressentiam-se de que os presidentes de província não eram muitas vezes nascidos na região, e não dependiam de apoio local para seu futuro político. Isto porque, durante o Império, os presidentes provinciais eram indicados pelo governo central, enquanto os senadores, cujo cargo era vitalício, eram escolhidos pelo imperador a partir de uma lista dos três candidatos mais votados. Nesse sentido, federalismo significava que a administração provincial seria oriunda das forças políticas locais e não nacionais.

A República veio, afinal, como um golpe militar. Contudo, sem o clima que a imprensa e elementos da elite haviam criado, a intervenção do exército dificilmente teria ocorrido. O governo provisório incluía não apenas militares, mas civis que haviam apoiado o levante. Este era formado por Deodoro, como presidente, Rui Barbosa (ministro da fazenda), Campos Salles (justiça), Quintino Bocayuva (relações exteriores, Demétrio Nunes Ribeiro (agricultura, Comércio e Obras Públicas), Eduardo Wandenkolk (marinha) Benjamin Constant (Guerra)<sup>20</sup>. A eles cumpria a função de iniciar o processo de reformas, e atender às esperanças da construção de uma nova ordem política e econômica no país.

### 3 A Política Econômica dos Primeiros Governos Republicanos

A República não foi uma revolução social. O repentino desencadeamento do golpe militar que a criou, o pequeno número de participantes do evento, e a ausência de reação efetiva indicam, no entanto, que esta foi a cristalização de um longo processo de desgaste do antigo regime. Por outro lado, a heterogeneidade dos membros do Governo Provisório mostra a complexidade dos interesses que levaram à proclamação da república (Carone, 1983, p. 26).

Rui Barbosa foi o primeiro ministro da fazenda. Duro crítico do Visconde de Ouro Preto, Presidente e Ministro da Fazenda do último gabinete imperial, cumpria a ele realizar reformas para superar as dificuldades financeiras advindas da queda da produção cafeeira, produto da falta de braços para a colheita causada pela abolição<sup>21</sup>. Com a proclamação da República, os antigos procedimentos para a gestão das Finanças Públicas são subitamente suspensos. A aprovação de um orçamento do MF, obrigatório segundo a Lei nº 28.887, de 9/8/1879, foi interrompida. A proposta orçamentaria foi durante o império um documento fundamental para o parlamento acompanhar o trabalho do gabinete em cada exercício financeiro. Todo esse mecanismo, associado à existência da monarquia parlamentar, desapareceu com o movimento revolucionário.

<sup>20</sup> Para informação sobre os integrantes dos primeiros governos republicanos, ver Fleiuss (1922).

<sup>21</sup> A exportação de café representou 10,9 milhões de libras em 1888, caindo a quantidade de café exportado de 6.075 mil sacos em 1886-87 para 3.444 sacos em 1888.

Rui Barbosa, no primeiro Relatório do Ministério da Fazenda de um governo republicano (RMF-1991), afirmou que, vigendo apenas um Congresso Constituinte, e em processo de criação de uma nova ordem institucional federativa, não se sabia, ainda, os deveres do executivo para com a representação nacional. Em especial, não havia ainda sido determinada as atribuições dos vários níveis de autoridade pública para a elaboração do orçamento. Esperava-se, portanto, uma transformação profunda no regime financeiro, especialmente uma reforma tributária estabelecendo as fontes de receita, e as obrigações, dos governos federal e estaduais.

Em declaração polêmica afirmava Rui Barbosa:

... os governos revolucionários não são, não podem ser, governos econômicos. Entre as instituições que desabam e as instituições que se planejam, o terreno de transição, semeado de ruínas e esperanças, de ameaças e reivindicações, franqueia campo vasto e indefinido à luta de forças contraditórias, contra as quais uma comissão revolucionária não poderia, ainda com qualidades heróicas, traçar aos seus atos orientação reta, segura e persistente (RMF-91, p.11).

Rui Barbosa, com sua conhecida perspicácia observava com precisão as dificuldades do governo do Marechal Deodoro, que não poderia negar-se a agir, invocando a legalidade, portanto estando o governo mais sujeito a cometer erros, e a ser responsabilizado por eles:

... a invocação de legalidade, freio indiscutível, em épocas normais, contra a impaciência das paixões desencadeadas, perde, com a proclamação da ditadura, a sua cor de sinceridade, a sua força decisiva contra a última razão das coisas nos atos do governo; e, em consequência, a pressão das correntes políticas, a solicitação das conveniências locais, as coações dos interesses capazes de agitar a sociedade assumem energia desconhecida em tempos ordinários (RMF-91, p.11-12).

Essa possibilidade de realizar reformas, sem as dificuldades de ter de aprová-las em longas discussões parlamentares, e a pressão por fazê-las, levou o ministro da fazenda a fazer importantes reformulações na estrutura financeira do país. Esta seria a primeira tentativa de ser criada uma ordem econômica baseada em princípios papelistas desde da gestão de Souza Franco como ministro da fazenda, na década de 1850. E tal como no caso de Souza Franco, que foi considerado responsável pela crise de 1857, Rui Barbosa foi considerado culpado da grave crise financeira de 1891. Foram necessários quase cem anos para que uma nova geração de historiadores econômicos chamasse a atenção para



esse período, cujas implicações são mais complexas do que a historiografia tradicional indicava. Este não é um momento notável apenas pela irracionalidade especulativa, e pela emissão fiduciária irresponsável, mas é também o marco inicial da criação de um moderno setor industrial no país.

A república viria a ser herdeira de uma crise financeira que já se esboçava nos últimos anos do império. Desde o início da década de 1880, o aumento da demanda por moeda, em consequência do crescimento econômico do país e da difusão do trabalho assalariado, acarretava cada vez mais freqüentes reclamações da falta de meios de pagamentos. O antigo sistema de escrituração das dívidas, e a compensação periódica, na época das safras, dos compromissos financeiros no campo, davam lugar à crescente necessidade de dinheiro por parte dos fazendeiros<sup>22</sup>. Como a demanda de dinheiro crescia sazonalmente, por ocasião das safras, nesse período a demanda por adiantamentos nos bancos do Rio de Janeiro aumentava sensivelmente. A abolição agravaria esse problema, obrigando o governo a fazer uma reforma monetária que atendesse às demandas da sociedade.

Finalmente, a partir de pressões de um grupo de liberais liderados pelo Visconde de Ouro Preto, o Conselheiro Lafayette, O Conselheiro Dantas, Silveira Mota e outros, foi aprovada em novembro de 1888 uma Lei monetária que autorizava a criação de bancos de Emissão<sup>23</sup>.

Esta lei permitiu duas espécies de emissão: as baseada em títulos públicos e as baseadas em reservas metálicas. Os bancos poderiam emitir bilhetes ao portador desde que depositassem o valor nominal correspondente em apólices da dívida pública na Caixa de Amortização. Este papel possuía curso legal, podendo, por isso, ser reembolsado em moedas do Tesouro. As emissões poderiam, no entanto, ser elevadas ao triplo das somas depositadas em moeda metálica na suas Caixas. Ver Levy (1977, p.145).

No final do período imperial, embora houvesse déficit em transações correntes, foi possível observar-se uma alta de câmbio financiada com empréstimos públicos<sup>24</sup>. Esse endividamento crescente não era mais possível de ser continuado nas circunstâncias políticas do primeiro governo republicano. Em janeiro de 1890, Rui Barbosa assina qua-

<sup>22</sup> O RMF-91, p.142, descreve como era o antigo sistema de compensações no campo, onde pouco se usava dinheiro.

<sup>23</sup> Decreto nº 3.408, de 24/11/1988.

<sup>24</sup> Entre 1886 e 1889, contraiu-se em Londres três dívidas nos valores de 12 milhões de libras.

tro decretos, que serão a base de sua administração à frente do Ministério da Fazenda. Estas medidas que ficaram conhecidas como Lei Monetária de 17/1/1890, regulamentavam as sociedades anônimas, os Bancos de Emissão, o crédito agrícola e as instituições de crédito real. Esta Lei dividiu o país em três regiões: a do Norte, com sede na Bahia, a do Centro, com sede no Rio de Janeiro, e do Sul, com sede em Porto Alegre. Esta lei liberalizava a política de emissão, que seria baseada essencialmente em títulos de dívida pública, e regulamentava as operações bancárias que seriam as mais amplas possíveis, abrangendo não só descontos, empréstimos, câmbio, hipotecas e penhor agrícola, mas também adiantamentos sobre meios de produção, empréstimos industriais para construção civil e de estradas de ferro, docas, portos. Também foram previstas compra e venda de terras para colonização, drenagens e irrigação do solo e exploração de minas. Os bancos emissores tinham ainda direito à concessão gratuita de terras devolutas para colonização, fundação de indústrias, e preferências para a construção de rodovias, exploração de minas e canais e comunicações fluviais. Esses bancos teriam ainda direito de desapropriação nos termos legais e isenção de impostos, direitos aduaneiros para as empresas que se organizassem sob suas administrações, de materiais que importassem para seus estabelecimentos, estradas de ferro, minas e outras fontes de produção.

A política de Rui Barbosa não agradou importantes grupos econômicos e políticos domésticos, ligados a interesses tradicionais, tendo provocado um temor de uma onda inflacionária, que foi agravada com a contínua queda da taxa do câmbio. A tentativa de regionalizar a emissão bancária encontrou muitas dificuldades para sua implementação, tanto no plano econômico como no político. Em 31 de Janeiro de 1890, por influência de Campos Sales, uma nova região bancária e um novo banco emissor foram criados em São Paulo. Em março, o ministro concedeu ao Banco Nacional do Brasil e ao Banco do Brasil o direito de emitir notas inconvertíveis até o dobro de 25.000 contos depositados em espécies metálicas no Tesouro. Este privilégio seria estendido em agosto vários bancos emissores regionais e ao Banco dos Estados Unidos do Brasil.

Vários fatores econômicos e políticos fizeram os anos 1890 e 1891 particularmente difíceis. No Rio de Janeiro, um *boom* especulativo da Bolsa de Valores, num país pouco acostumado às características desse mercado, e as dificuldades de financiamento das transações correntes, agravadas pela crise dos Baring Brothers, em Londres, em outubro de

1890, como resultado da crise financeira na Argentina, criaram um clima de tensão nos círculos comerciais e financeiros brasileiros.

Há indícios que a queda do câmbio no Brasil a partir de 1890 esteja ligada fundamentalmente a movimentos na conta de capital<sup>25</sup>. Neste período, o superávit comercial brasileiro cresceu, elevando-se de 41 milhões de libras em 1888 para 50 milhões em 1890, 57 milhões em 1892 e 58 em 1893. Ver IBGE (1986, tabela II, p.68) Por outro lado, o déficit público foi relativamente pequeno em 1889 e 1890, e ligeiramente superavitário em 1891. Depois de 1892, no entanto, este disparou, em parte devido às conseqüências da desvalorização do mil reis sobre os compromissos em libra do governo brasileiro, e, depois de 1893, pela eclosão da Revolta da Armada<sup>26</sup>.

A substituição de Rui Barbosa por Tristão de Alencar Araripe, em Janeiro de 1891, sucedido pelo Barão de Lucena em outubro de 1891, contribuiu para aumentar o clima de instabilidade. Ambos eram pouco afeitos a complexidade da administração financeira e demonstraram incapacidade de lidar com a difícil situação econômica do país. O tom de tragicomédia desta situação foi o telegrama do Barão de Lucena aos Rotschild & Sons, em Londres, há apenas seis dias do golpe de Estado de 3 de Novembro, e há menos de um mês da deposição do Marechal Deodoro, afirmando a absoluta impossibilidade de crise política ou financeira no Brasil<sup>27</sup>.

O governo Floriano teve, em seus três anos de governo, quatro ministros da fazenda<sup>28</sup>. Este governo caracterizou-se por sua ambigüidade, normalizando o funcionamento do Congresso, que nunca conseguiu operar normalmente durante o governo de Deodoro, mas também apoiando várias intervenções nos Estados. Em seu governo o domínio dos grupos militares e das oligarquias, lideradas por São Paulo foram fonte de profunda instabilidade política (Carone, 1983; p.71). O clima é bem descrito por Rui Barbosa: "*de uma ditadura que dissolve o Congresso Federal, apoiando-se na fraqueza dos governos locais, para outra, que dissolve os governos locais, apoiando-se no Congresso restabelecido, não há progresso apreciável.*"<sup>29</sup>

<sup>25</sup> Franco (1990) é o primeiro autor a sugerir esta hipótese.

<sup>26</sup> De fato, no ano de 1892 a receita do governo mantém-se constante, enquanto suas despesas aumentam mais de 20%. Ver dados de receita e despesa do governo federal em IBGE. (1986, p. 120).

<sup>27</sup> Ver a descrição desse evento em Calógeras (1910, p. 233-234).

<sup>28</sup> Foram eles Rodrigues Alves, Serzedello Correa, Oliveria Freire e Alexandre Cassiano do Nascimento.

<sup>29</sup> Citado por Carone (1983 p. 73).

Em 6 de fevereiro de 1893, estourava no Rio Grande do Sul um grande conflito regional. Nos três primeiros anos do governo republicano, este estado teve nada menos que 19 governadores. Nessa ocasião ressurgiu a luta entre os Castilhistas, partidários de Júlio de Castilho apoiados pelo governo de Floriano, e os federalistas, representados pelos gasparistas e tavaristas, respectivamente, partidários do Conselheiro Gaspar da Silveira Martins e da família Tavares de Bagé. Ver Fleiss (1922 p.484-483). O governo floriano enfrentou também a Revolta da Armada, que durou de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894, envolvendo operações no Rio de Janeiro e no sul do país, sob a chefia do primeiro ministro da Marinha de Floriano, o contra-almirante Custódio José de Melo.

Nesse clima de instabilidade as finanças públicas do governo deterioraram-se rapidamente<sup>30</sup>. Rodrigues Alves, durante o seu curto período como Ministro da Fazenda, propôs o plano de retirar as emissões dos bancos, passando-as ao Tesouro, para reduzir assim a circulação de moeda fiduciária. Naquelas circunstâncias, essas medidas dificilmente seriam factíveis, o que levou ao pedido de demissão do ministro em 29 de agosto de 1891. Com a pluralidade dos bancos de emissão e com o crescente déficit público, o resultado foi uma grande expansão da oferta monetária, o que num clima de grande instabilidade política, levava não ao aumento dos investimentos, mas a pressões inflacionárias e instabilidade cambial.

O substituto de Rodrigues Alves, Serzedello Correia, tentou controlar a situação financeira promovendo a fusão do Banco da República do Estados Unidos do Brasil com o Banco do Brasil, formando o Banco da República do Brasil. Esperava-se melhorar a situação financeira dos grandes bancos brasileiros, e apoiar as novas empresas industriais criadas no período de euforia especulativa. A medida foi, entretanto, fracassada, em vista da deterioração das contas públicas e do clima de instabilidade política, que teria profundas conseqüências nas contas externas e no comportamento do câmbio.

Prudente de Moraes, paulista e republicano histórico, torna-se o terceiro presidente, liderando o primeiro governo civil da república. Este período caracterizou-se pelo enfrentamento e pela progressiva superação da instabilidade política, em que a derrota do jacobinismo militar foi a mais expressiva vitória. Entretanto, no plano econômico,

<sup>30</sup> De um superávit de 8.282 contos de réis em 1891, as contas públicas do governo nacional chegaram a um déficit de 107 mil contos de reis em 1894. Ver IBGE (18986, p. 120).

esse governo enfrentou grandes dificuldades. A guerra civil no Sul estendeu-se até o segundo semestre de 1895, consumindo nesse período elevados recursos do governo federal<sup>31</sup>. O jacobinismo continuou trazendo grande instabilidade no Rio de Janeiro, que assistiu a duas revoltas da Academia Militar, apesar do aumento dos vencimentos militares promovido pelo Presidente. Finalmente, o preço do café no mercado internacional começou a cair, a partir de 1896. Pelas características da planta, com demora quatro anos para entrar em produção, o período posterior a 1896 marcou a primeira das grandes crises de superprodução que caracterizaram o mercado de Café. Esta situação refletia o período de euforia associado à elevada lucratividade, gerada pela expansão creditícia dos primeiros anos da república e a desvalorização cambial, que compensou as variações do preço do café em libras. Fausto (1989, p.202); Delfim Netto (1978 pp.28-29).

No período de Novembro de 1896 a Março de 1897, devido à precária situação de saúde de Prudente de Moraes, a presidência da República foi exercida interinamente pelo seu vice, Manoel Vitorino. Este não apenas realizou várias alterações na política governamental, como conspirava abertamente contra o titular, tendendo obter sua renúncia para que ele pudesse seguir novos rumos sem constrangimentos. Em especial Manoel Vitorino contava com o apoio do líder parlamentar florianista, Francisco Glicério, de Júlio de Castilhos no Sul e dos jacobinos do Rio. Sua ascensão ao governo permitiu que Castilho voltasse a perseguir os federalistas no Sul, e que os jacobinos aumentassem suas atividades no Rio de Janeiro (Schultz, 1994, p.197). Neste cenário a Revolta de Canudos surgiu como uma oportunidade para promover Moreira César, o mais famoso oficial florianista, num clima em que o levante dos sertanejos baianos foi estranhamente transformado em uma grande revolta monarquista. O clima de instabilidade econômica e social criava as condições para uma mudança nos rumos da política econômica republicana.

<sup>31</sup> O custo da guerra pode ser avaliado pelas palavras de Floriano Peixoto: "O Rio Grande do Sul era o sorvedouro das rendas federais. Ali se gastava com a manutenção em pé de guerra e com as gratificações, soldos e vantagens da paga militar em tempo de guerra. A União pagava ainda aos corpos de partidaristas recrutados pelo Governo estadual e pagava-os sem verificação nem de folhas nem de contas. Corriam por conta da União todos os suprimentos de munições e de armamento para as forças estaduais e até o serviço telegráfico e os agentes do Governador do Rio Grande do Sul em Montevidéu eram pagos pela Legação Brasileira, com dinheiro da União." (citado por Carone, 1983 p. 158).

## 4 Conclusão: A Ascensão de Joaquim Murinho e o Fim das Reformas Republicanas

O Retrospecto Comercial do Jornal do Comércio começaria sua avaliação do ano de 1897 com o seguinte diagnóstico:

É com verdadeiro pesar que resumimos neste trabalho os acontecimentos, e o dissabor do ano próximo passado, no qual se malograram todas as esperanças em que o anterior fundara. Desde a proclamação da República nunca houve concurso igual de transtornos, políticos, financeiros e comerciais, como se desenrolou para nós em 1897. (Retrospecto Comercial de 1897 Jornal do Comércio 1998).

O ano de 1897 marca, sob o ponto de vista econômico, um momento de inflexão, com a nomeação de Joaquim Murinho, em 23 de junho para o ministério da fazenda. Desde fins de 1896, o governo tinha cassado os direitos de emissão dos bancos. Mas as dificuldades no setor externo advinham de outros problemas, principalmente a redução das receitas de exportações e os elevados serviços da dívida externa. O déficit em conta corrente levou à contínua deterioração do câmbio ao longo do ano. Com Joaquim Murinho à frente do ministério da fazenda, as negociações para um acordo com os credores tomaram novo rumo. Uma proposta de arrendamento da Cia. Estrada de Ferro Central do Brasil, feita por um sindicato chefiado pela firma Greenwood & Co, foi rejeitada pelo governo. Este recorreu à parte de recursos obtidos pela Cia. Leopoldina, que havia lançado um empréstimo em Londres em 1897 e a venda de alguns navios de guerra em construção (Franco, 1990 p.26). A solução final, no entanto, ocorreu em 1898, quando uma proposta de moratória chegou aos banqueiros londrinos, levando a assinatura do *Funding Loan*, em 1898.

A partir da nomeação de Joaquim Murinho, todas as experiências papelistas e as políticas de estímulo ao crescimento econômico através da expansão do crédito seriam definitivamente interrompidas. Da mesma forma, a pregação jacobina, que unia um discurso com influência positivista e defesa de um governo forte, antioligárquico, sob a liderança militar, foi definitivamente derrotada, depois da prisão, em novembro de 1887, de oficiais comprometidos com um fracassado atentado contra o presidente.

A revolta de Canudos, num momento de crescente enfrentamento entre jacobinos e as oligarquias regionais, representadas pelo presidente Prudente de Moraes, transformou esse incidente em uma pretensa



revolta armada contra a República que teria apoio de monarquistas em recursos e armamentos. A nomeação de Moreira César para ser o herói da república, por Manuel Vitorino, e sua derrota pelos rebelados, ajudou a dar maior credibilidade a essa teoria.

A derrota definitiva de Canudos, já depois que Prudente de Morais reassumiu o cargo, aumentou o prestígio do Presidente. O fracassado atentado jacobino permitiu a vitória definitiva de Prudente de Morais, com a prisão dos líderes jacobinos e com a invasão do Jornal *O Jacobino*, por uma multidão indignada com o atentado.

As idéias de progresso prometidas pela república terminaram num pálido acordo com os credores e em uma política contracionista radical de Joaquim Murinho, e a esperança de um governo progressista anti-oligárquico foi definitivamente superada com a vitória política da oligarquia, e a estabilidade política que seria obtida com a política dos governadores, inaugurada pelo sucessor de Prudente de Morais, Campos Sales.

A política dos governadores permitiu um pacto federativo que operou com razoável eficiência durante três décadas. Embora a idéia positivista de progresso tenha sido na prática abandonada por uma política de sustentação de interesses regionais, a economia brasileira, diferente do século XIX, mostrou-se muito mais dinâmica. Este dinamismo, no entanto, baseava-se na conjuntura internacional favorável e, em especial, na excepcionalidade do mercado internacional do café, que permitiu que as ousadas políticas de valorização fossem bem-sucedidas<sup>32</sup>. As tarifas de importação e os mecanismos cambiais que permitiram o crescimento industrial nas primeiras décadas do século XX são uma história a parte. De qualquer forma, o crescimento econômico deu-se, não obstante uma estrutura econômica e política conservadora, pouco comprometida com mudanças estruturais no Brasil. O país transformava-se não em função das ações de sua elite dirigente, mas apesar dela.

<sup>32</sup> Note-se que tentativas de seguir medidas similares em outras culturas, em particular no caso da borracha, foram desastrosas, contribuindo para um fim mais rápido dessa atividade. Só a combinação de uma grande participação no mercado internacional do café, com oferta e demanda inelásticas, permitiram o sucesso dessa aventura. Para uma comparação entre o café e a borracha, ver Prado (1992).

# Referências Bibliográficas

## Fontes Primárias

### Jornais e Periódicos

Diário de Notícias, artigos de Rui Barbosa, reeditados em *A Queda do Império*;

Jornal do Comércio, diversos números, 1889-1897

Retrospectiva Comercial do Jornal do Comércio - 1886-1898

### Documentos Oficiais

Brasil. Mensagens Presidenciais- Congresso Nacional, 1889-1902

IBGE- Série Estatísticas Retrospectivas, 1986

Organização e Programas Ministeriais, Arquivo Nacional, 1962

Relatório do Ministério da Fazenda - diversos anos -1884-1898

### Fontes Secundárias

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.)- *A Ordem do Progresso*, ed. Campus, 1990.

CALÓGERAS, Pandiá - *A Política Monetária do Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1960.

CAMRON, Rondo - *Banking in the Early Stages of Industrialization*, Oxford University Press, 1967.

CAMRON, Rondo, *Banking and Economic Development*, N.York, 1972

CARONE, Edgar - *A República Velha*, Difel, 4a edição, 1983.

CORREIRA, Serzedello - *O Problema Econômico no Brasil*, Brasília, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

DEAN, W. - *The Industrialization of São Paulo*, Austin Texa, 1969.

FAUSTO, Boris - "Expansão do Café e Política Cafeeira", em Fausto, Boris, *História Geral da Civilização Brasileira*, III.1-O Brasil Republicano, brasiliense, 1989.

FLEIUSS, Max - *História Administrativa do Brasil*, Companhia Melhoramentos de S.Paulo, 1922.

FRANCO, Gustavo - "A primeira Década Republicana" em Abreu, M.P, *A Ordem do Progresso*, Editora Campus, 1990.

FRANCO, Gustavo - *Reforma Monetária e Instabilidade durante a transição da República*, Rio de Janeiro, BNDES, 1983.

Levy, Maria Barbara - *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*.

LIMA, Oliveira - *O Império Brasileiro, 1821-1889*, EDUSP, 1989.

MELLO, Zélia Maria - *Metamorfose da Riqueza em São Paulo, 1845-1895*, Editora Hucitec, 1985.

NETO, Delfin - *O Problema do Café no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV, 1978.

PANG, Eul-Soo, *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1934*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

Prado, L.C.D- *Commercial Capital, Domestic Market and Manufacturing in Imperial Brazil: The Failure of Brazilian Economic Development in the XIXth Century*, Ph.D Thesis, Univeristy of London, 1991.

PRADO, L.C.D- O Fracasso do Desenvolvimento Brasileiro no Século XIX, Anais da ANPEC, Fortaleza, 1989.

PRADO, L.C.D.- *Comércio Exterior e Desenvolvimento Brasileiro no Século XIX* - trabalho apresentado no Décimo Nono Encontro Nacional de Economia da ANPÉC, publicado nos ANAIS da ANPEC, Curitiba, 3-6 de Dezembro de 1991.

SCHULZ, John- *O Exército na Política, Origens da Intervenção Militar -1850-1894*, Edusp 1994.

THOMPSON, Jorge- *La guerra del Paraguay*, Buenos Aires, 1910.